O BARÃO DO RIO BRANCO E A POLÍTICA INTERNACIONAL*

Homenagem da *Revista Marítima Brasileira* ao Barão pelo centenário de posse no cargo de ministro das Relações Exteriores.

ANTONIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE
Capitão-de-Fragata (Prof.-RRm)
Doutor em Filosofia, ex-professor da Escola Naval

SUMÁRIO

O pai, Visconde do Rio Branco, e as guerras platinas
Início da vida política de Paranhos Júnior
A primeira questão de fronteiras e opiniões político-militares
A segunda questão de fronteiras e a Ilha da Trindade
Ocupação da Trindade pela Grã-Bretanha
A questão com a França
Os limites com a Guiana Inglesa
O resultado da questão francesa
De Berlim para o Itamaraty e a questão do Acre
A questão do Acre
O problema com o Peru
O primeiro cardeal da América Latina
O incidente da Panther
A América e o mundo; A questão do rearmamento e da paz
A questão do rearmamento
A questão do Chaco
O caso do café
A equivalência naval
O tratado de limites com a Colômbia
Rui Barbosa e a Conferência de Haia
A segunda Conferência de Paz
Seus últimos dias

---

* N.R.: Texto extraído da conferência feita pelo autor em 19 de abril de 1995 na Escola Superior de Guerra em comemoração do sesquicentenário do nascimento do Barão do Rio Branco. O texto foi enviado pelo autor para a *RMB* em março de 2002.

O PAI, VISCONDE DO RIO BRANCO, E AS GUERRAS PLATINAS

Em 20 de abril de 1845 nasceu José Maria da Silva Paranhos Júnior, o primeiro dos nove filhos do Visconde do Rio Branco. Este fora o iniciador do processo legal de extinção da escravatura no Brasil, quando, em 1871, sendo presidente do Conselho de Ministros, fez votar a famosa Lei do Ventre Livre, sancionada pela Princesa Imperial Regente, D. Isabel, a 28 de setembro.

O primeiro Rio Branco nasceu em 1819, de família lutadora, sendo ele mesmo um estudante esforçado, que encontrou na Armada seu primeiro caminho.

Entrou em 1836 para a Academia de Marinha, nome que tinha então nossa Escola Naval. Completou o curso em 1840, quando se graduou como guarda-marinha. Foi nomeado segundo-tenente em dezembro de 1842, sendo, dois anos depois, professor daquela academia. Exerceu a seguir o magistério na Escola Militar, cujo curso de engenharia também concluiu em 1845. Foi nessa circunstância, aos 26 anos, que se tornou pai pela primeira vez, como resultado do casamento com Teresa de Figueiredo Faria, a quem se unira em janeiro de 1842. Deixando cedo a carreira naval, tornou-se, aos 27 anos, secretário do presidente da província do Rio de Janeiro, da qual logo exerceu o governo (1847).

Foi, porém, a crise que levaria à guerra contra Rosas, governante da República Argentina, que abriria ao Paranhos, pai, os caminhos da diplomacia, mais tarde seguidos pelo filho mais velho.

Em 1850, fazia a primeira viagem ao Rio da Prata, como secretário do Visconde do Paraná, ministro plenipotenciário do Império naquela região.

Veio a guerra contra Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina), a cujo término findou também a missão de Paraná.

Era o **ano de 1852**, e o governo imperial nomeou Paranhos como ministro em Montevidéu, reconhecendo os excelentes trabalhos na missão anterior.

Foi assim que o pequeno José Maria, apelidado de Juca, viajou por mar a primeira vez, com a mãe e as duas irmãs, para residir na capital uruguaia.

A comissão em Montevidéu não demoraria muito, porém.

Já eleito deputado pela província fluminense à Assembléia Geral, Paranhos foi escolhido ministro da Marinha no gabinete presidido pelo já então Marquês do Paraná, em 1853. Era o "Gabinete da Conciliação", como ficou conhecido. Tinha 34 anos.

Alternando a vida diplomática com a carreira política, Paranhos voltaria ao Prata em missão especial, **em 1857**, para negociar fronteiras e navegação. Tratava de evitar a guerra, e plantava, assim, no filho Juca as sementes do interesse pelas questões de Estado, muito especialmente as de relações internacionais.

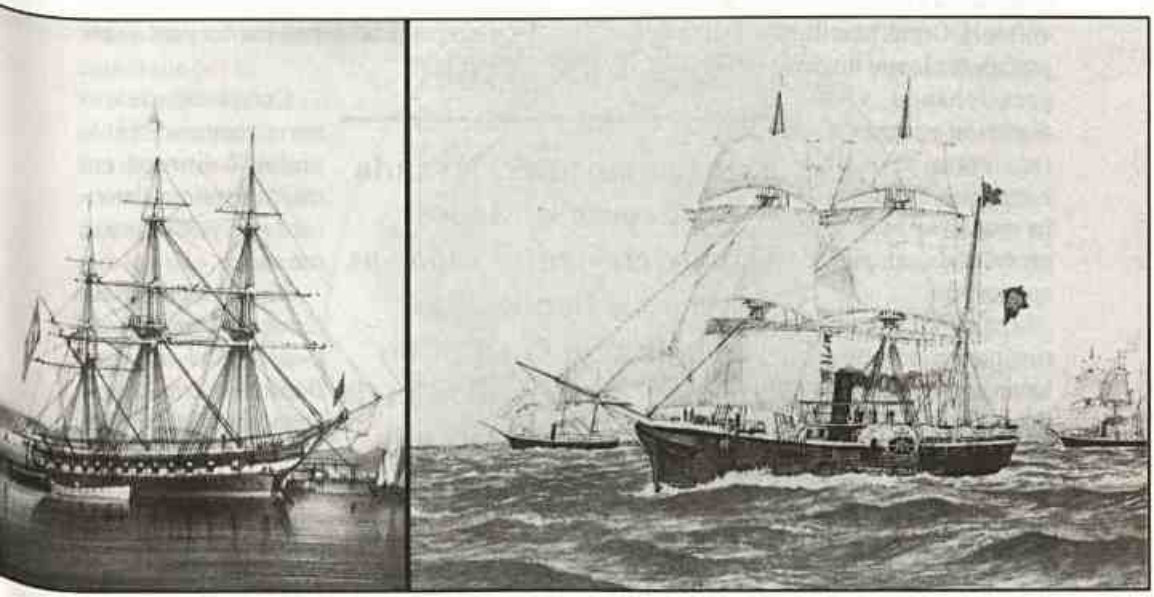
Em 1861 era ministro da Fazenda, e senador vitalício dois anos mais tarde.

Por essa época, o que parecia inevitável aconteceu: o Juca, aos 16 anos, inte-

ressado na história naval brasileira, estudava documentos da Guerra Cisplatina, de 1825-28; detinha-se particularmente na abordagem da Fragata *Imperatriz*, comandada por Barroso Pereira. O ataque portenho, de surpresa, levara à morte o bravo comandante do navio.

Daí surgiu o primeiro trabalho histórico do futuro Barão do Rio Branco, uma biografia, sob o título *Luiz Barroso Pereira*, publicada em 1862. Dois anos depois, publicava seu segundo trabalho: *Episódios da guerra do Prata:* 1825-1828.

Era a paixão pela história, muito particularmente a história militar. Registrava-se aí novamente o fenômeno mais dramático das relações entre os Estados: a guerra, exatamente como já escrevera Clausewitz, que a considerou a continuação da política por meios violentos. Essa violência, destinada a levar o inimigo a fazer a vontade do vencedor, onde era imprescindível o derramamento de sangue (no entender clausewitziano), sensibilizou profundamente Juca Paranhos, fazendo-o trabalhar para evitá-la.



E: Juca, aos 16 anos, estudava a Guerra Cisplatina, detendo-se particularmente na abordagem da Fragata *Imperatriz* (foto), comandada por Barroso Pereira. D: Para a Guerra Oriental, a Esquadra sob as ordens do Visconde de Tamandaré bloqueou o Prata, subiu o Rio Uruguai, bombardeou Salto e desembarcou tropa em Paissandu. Na foto a Fragata *Amazonas* quando seguia para o sul

Meses depois de publicar seu último texto, o jovem Paranhos, de 19 anos, viu seu pai partir mais uma vez para o estuário platino, a bordo de um navio de guerra: era novembro de 1864.

O Senador Paranhos deixava a Corte na esteira da missão do Conselheiro Saraiva. Este fora negociar com o governo de Aguirre a cessação das hostilidades contra os súditos do Império no Uruguai, mas acabou apresentando um ultimato ao governo de Montevidéu, de que resultou a Guerra Oriental.

A Esquadra, sob as ordens do Visconde de Tamandaré, bloqueou o Prata, subiu o Rio Uruguai, bombardeando Salto e desembarcando tropa em Paissandu.

Ao mesmo tempo, forças de terra atravessaram a fronteira do Rio Grande do Sul, brasileiros e uruguaios *colorados*, para combater

o adversário *blanco*. Deu-se o cerco da capital, intervindo Paranhos, que negociou a rendição, evitando um banho de sangue.

Chegou-se à Convenção de Paz concertada por Paranhos, e assinada em 20 de fevereiro de 1865. Asseguravam-se o respeito aos vencidos e uma anistia restrita.

Tudo isso, porém, não saciou os partidários de maior violência, que acusaram o negociador brasileiro de não atender a todos os interesses brasileiros. O preço a pagar seria a exoneração de Paranhos, que voltou à Corte humilhado. Defendeu-se, porém, em longo discurso no Senado, impressionando vivamente os companheiros; eram passados três meses, e conseguira mudar as más impressões da campanha que sofrera.

Em dezembro anterior, porém, o Paraguai havia começado hostilidades contra o Império, complicando toda a questão platina. Ainda não estava pacificada a República Oriental, e o Império via-se em armas contra o novo agressor, na maior guerra já travada pelos brasileiros.

Duraria mais de cinco anos o sangrento conflito.

Estudos recentes, levando em conta os dados disponíveis dentre todas as guerras conhecidas, assinalam a Guerra do Paraguai como o caso mais trágico, nela perecendo 72% da população daquele país.

Ali levou-se a cabo o ensinamento de Clausewitz, que recomendava como condições da vitória a destruição das forças inimigas, a quebra de sua vontade de lutar e a ocupação do território inimigo.

O Brasil fez as três coisas *avant la lettre*.

Estudos recentes, levando em conta os dados disponíveis dentre todas as guerras conhecidas, assinalam a Guerra do Paraguai como o caso mais trágico, nela perecendo 72% da população daquele país

INÍCIO DA VIDA POLÍTICA DE PARANHOS JÚNIOR

Juca Paranhos impressionou-se vivamente. Durante o conflito platino, deixou São Paulo, onde estudava na Faculdade de Direito, e mudou-se para Recife, para completar seu bacharelado.

No meio tempo, supria a famosa revista francesa *L'Illustration*, de circulação mundial, com informações, artigos e desenhos sobre a guerra. Buscava, de alguma maneira, a simpatia das outras nações para a causa brasileira.

Completado o curso em novembro de 1866, viajou à Europa em março seguinte, demorando-se por lá quase um ano.

Em 1868, publicou o *Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo*. Demonstrava a continuação de seu interesse pela história militar.

Mais tarde, em 1875-76, publicaria suas anotações aos dois primeiros volumes de *A Guerra da Tríplice Aliança*, do autor alemão L. Schneider, que continha erros desfavoráveis ao Brasil; as anotações ao terceiro volume ele nunca haveria de concluir.

De volta ao Rio, **em 1868**, Juca Paranhos exerceu brevemente o magistério no Colégio Pedro II.

Aquele ano, porém, traria grande mudança na vida política nacional. Os liberais caíram, apesar de terem maioria na Câmara, e os conservadores assumiram o poder longamente.

Organizando o novo governo, o Visconde de Itaboraí chamou o Senador Paranhos

para a pasta dos Negócios Estrangeiros. Foi a oportunidade para iniciar-se o jovem Paranhos na política, elegendo-se deputado à Assembléia Geral por duas legislaturas sucessivas, sendo a primeira eleição em janeiro de 1869.

Esse não era, porém, o caminho de seu coração. Aquilo que o atraía mais eram as questões de história e de relações internacionais. Por isso, foi-lhe grata a oportunidade de acompanhar o pai em missão ao Prata, logo após as eleições de 1869, embora pouco tenha se demorado por lá.

Assunção tinha caído, e se esperava para breve o fim da guerra. Ela duraria um ano ainda. E as negociações entre os aliados não estavam fáceis, diante do destino dos vencidos. Somente em 20 de junho de 1870, assinar-se-ia o tratado preliminar de paz.

O senador e ministro dos Estrangeiros regressou à Corte em agosto, a tempo de ver o fim do governo que integrava. Mas logo voltou ao Prata, incumbido de concluir as negociações.

Paranhos Júnior, licenciado da Câmara, pela qual não tinha grande interesse, acompanhou o pai, como seu secretário. Embrenhava-se, assim, nos arquivos platinos, dedicando-se à história militar e diplomática.

Durante a missão, veio o título: Visconde do Rio Branco. O senador era, assim, o primeiro do novo nome. Em fevereiro seguinte, 1871, o visconde voltava à Corte para apresentar-se ao imperador, de quem recebeu a incumbência de organizar o novo governo: **tornava-se primeiro-ministro**. Foi nessa posição que Rio Branco trabalhou pela votação da Lei do Ventre Livre.

Em maio, D. Pedro II iniciou longa viagem à Europa. Em seu lugar, como regente do Império, D. Isabel sancionou a lei, ligando pela primeira vez seu nome à emancipação gradual dos escravos.

Nessa fase um tanto agitada da vida de seu pai, às voltas com a infeliz questão religiosa, que levou à prisão os bispos de Pernambuco e do Pará, o jovem deputado Paranhos envolveu-se amorosamente, iniciando um relacionamento de circunstâncias difíceis. Tratava-se de Marie Philomène Stevens (foto ao lado), uma atriz belga, do Café Alcazar, que o moço cortesão freqüentava assiduamente no Rio de Janeiro.

Viajando à França, Marie teve lá, em fevereiro de 1873, o primeiro filho com Juca Paranhos, que ficara na Corte. Era Raul, o primogênito de cinco filhos do casal. Viriam depois Marie Clotilde, Paulo, Amélia e Hortênsia, esta de 1885, nascidos entre o Rio de Janeiro e a França.

Mas o casamento formal só se realizaria numa pequena igreja londrina, em setembro de 1889, passados 16 anos desde o

nascimento do primeiro filho. Era ele já barão havia pouco mais de um ano, e passaria então Marie Philomène a chamar-se finalmente Baronesa do Rio Branco, título que usufruiria por apenas pouco mais de oito anos, pois morreria aos 48, em Paris, em janeiro de 1898.

No correr desses mais de 25 anos, desde os tempos de deputado sob o governo do Visconde do Rio Branco, deram-se movimentos dramáticos na vida de Paranhos Júnior, antes e depois de alcançado o baronato que lhe concedeu a princesa imperial regente, nas comemorações da Lei Áurea, em maio de 1888.

Em 1875, Rio Branco, pai, deixara a chefia do governo, passando-a ao Duque de Caxias, que deu a anistia aos bispos. E Paranhos Júnior abandonaria a política. Contava 30 anos de idade, e, desejoso de ingressar na vida diplomática, candidatou-se ao lugar de cônsul-geral em Liverpool. Era este tido como o emprego mais rendoso do serviço público, e fora exercido pelo Almirante Grenfell, herói das guerras de Independência e platinas. Estava vago, e havia outros interessados.

Depois de longa espera, em face da má vontade do imperador, que era rigorosíssimo em costumes, Paranhos Júnior conseguiu, com a insistência do pai, do Duque de Caxias e do Barão de Cotegipe, a nomeação das mãos da Princesa Isabel, mais uma vez regente do Império, em face da viagem de D. Pedro II aos Estados Unidos da América e à Europa.

Era maio de 1876, e Marie Philomène já viajara para a França com os dois pequenos, já pesada, à espera do terceiro filho. Nunca mais retornaria ao Brasil.

Em setembro, Paranhos viajou para a Europa. No mês seguinte chegou a Paris, onde conheceu o filho recém-nascido, Paulo. A família ficaria ali. Ele foi só para Liverpool, onde assumiu o consulado no começo de dezembro. Só voltaria a residir no Brasil 26 anos mais tarde, em 1902, ao ser nomeado ministro das Relações Exteriores, no governo do Conselheiro Rodrigues Alves. Envolvera-se nesse tempo, e cada vez mais, com a política internacional, quer por estudá-la pela história, quer por vivenciá-la nas lides diplomáticas.

Não queria a guerra, mas recomendava que se fizesse *"cara feia al enemigo"*, para o que era bom que houvesse algum respaldo militar como auxílio à ação diplomática

A PRIMEIRA QUESTÃO DE FRONTEIRAS E OPINIÕES POLÍTICO-MILITARES

Se em 20 de abril de 1995 fez 150 anos do nascimento do Barão do Rio Branco, aquela data é também o centenário de um acontecimento especial.

Vindo de Washington, o segundo Rio Branco embarcava em Nova Iorque, acom-

AO LADO: PARANHOS JÚNIOR, O BARÃO DE RIO BRANCO

① Aos 5 anos de idade – ② Em 1862, aos 17 anos, na Faculdade de Direito de São Paulo – ③ Em 1864, ainda em São Paulo – ④ Já Barão – ⑤ Em 1876, como cônsul-geral em Liverpool aos 31 anos de idade – ⑥ Em 1888, em Paris, quando recebeu o título de barão – ⑦ Com a família em Berna: Hortênsia, Barão, Amélia, Raul e Paulo. (Fotos de *Barão do Rio Branco – Uma biografia fotográfica*).

②

①

③

DE PARANHOS JÚNIOR

A BARÃO DO RIO BRANCO

⑤

④

⑥

AO LADO: OS SUCESSOS DO BARÃO DO RIO BRANCO

① Na Exposição Universal de Paris em 1889 – Comissão brasileira de estudos — ② Missão Especial do Brasil em Washington (1893-95) — ③ Na Legação Brasileira em Berlim, com funcionários (c-1901 e 1902) — ④ Em Westfalia, após a assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia em 17/11/1903 — ⑤ No almoço oferecido pelo Presidente Afonso Penna ao ex-presidente da Argentina, General Julio Roca — ⑥ Missão Especial em Berna (1898/1900) para a Questão do Oiapoque, com a França, em 1898 — ⑦ Assinatura do Tratado da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão com o Uruguai, no Rio de Janeiro, em 30/10/1909. (Fotos do *Barão do Rio Branco – Uma biografia fotográfica* e SDM).

panhado de seu filho Raul, a bordo do transatlântico *Lucania*. Rumava de volta para a Europa, depois de quase dois anos nos Estados Unidos da América, onde defendera bravamente os interesses do Brasil na questão de limites com a República Argentina. Era sua primeira causa internacional, uma questão que vinha se arrastando lentamente, e que já tivera com seu pai, o falecido visconde, tratativas iniciais em meados do século.

A 20 de abril de 1895, o barão deixava um campo de luta incruenta, e buscava os mares com o troféu da vitória: obtivera o laudo favorável do Presidente Cleveland às argumentações do Brasil – ou seja, às suas próprias – acerca da delimitação do território das Missões.

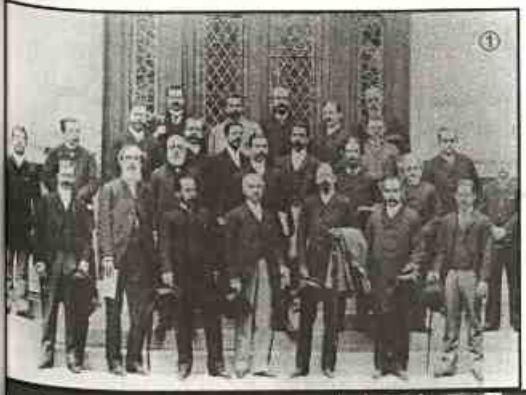
Suas convicções, sua fundamentação histórica, seu vasto conhecimento, seu especial interesse nos livros, nos mapas e nos papéis antigos, que desde adolescente compulsara, seu desejo ardente de ver a vitória incruenta, faziam dele um executor prévio e exímio das recomendações das conferências de Haia, de 1899 e 1907, que indicariam os bons ofícios, a mediação e a arbitragem, concitando os Estados a empregarem todos os esforços para resolverem pacificamente as diferenças internacionais[1].

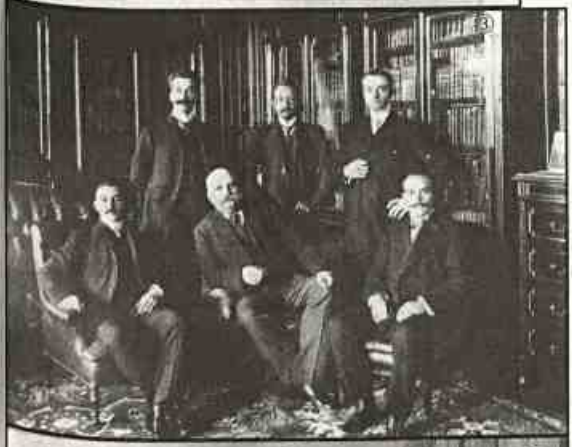
Naquela peleja, enfrentara o delegado portenho Estanislau Zeballos, que se tornaria um ardente desafeto do Brasil.

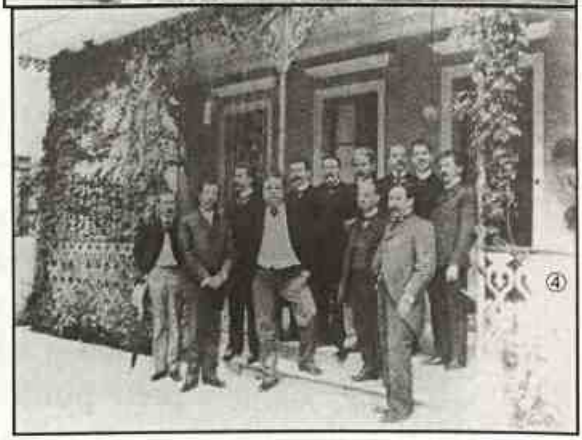
Não fora fácil, porém, a Paranhos Júnior chegar lá. Passara difíceis momentos na solidão de Liverpool. Buscava em Londres, e sempre que possível em Paris, algum descanso, alguma força, um devaneio. Reencontrava os bons amigos: o Barão de Penedo, Joaquim Nabuco, e Silveira da Mota, depois Barão de Jaceguai, dentre outros.

Continuava as anotações ao terceiro volume do livro de Schneider sobre a Guerra do Paraguai, trabalho que se arrastaria pelo tempo, e que nunca haveria de concluir. Escreveu *Navegação e comércio entre o Brasil e os portos da dependência do consulado-geral do Império em Liverpool no ano de 1876-1877*, que foi publicado em 1880, no Rio. Escreveu ainda: *O café na Grã-Bretanha*, em 1882; *Le Brésil à l'Exposition Internationale de St. Petersbourg*, que publicou na capital da Rússia em 1884, onde tinha estado como delegado brasileiro àquele certame; *Le Brésil*, verbete, com a colaboração de outros, para a *Grande Encyclopédie*, dirigida por Levasseur, publicada em Paris, 1889; *Esquisse de l'histoire du Brésil*, também de 1889, como parte da obra *Le Brésil en*

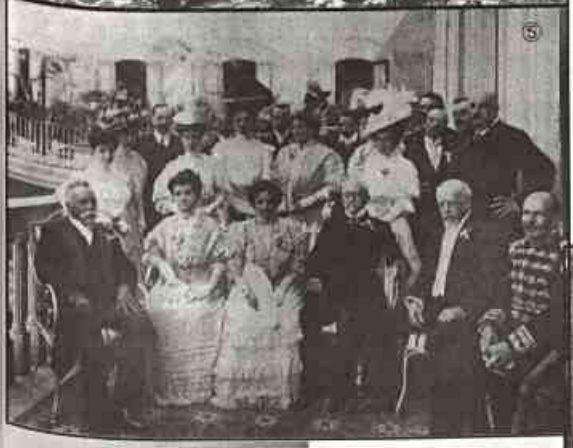
1 Cf. Artigo primeiro da *Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux signée a la Haye le 18 octobre 1907. In:* Reuter, Paul e Gros, André. *Traités et documents diplomatiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1963, p. 5.

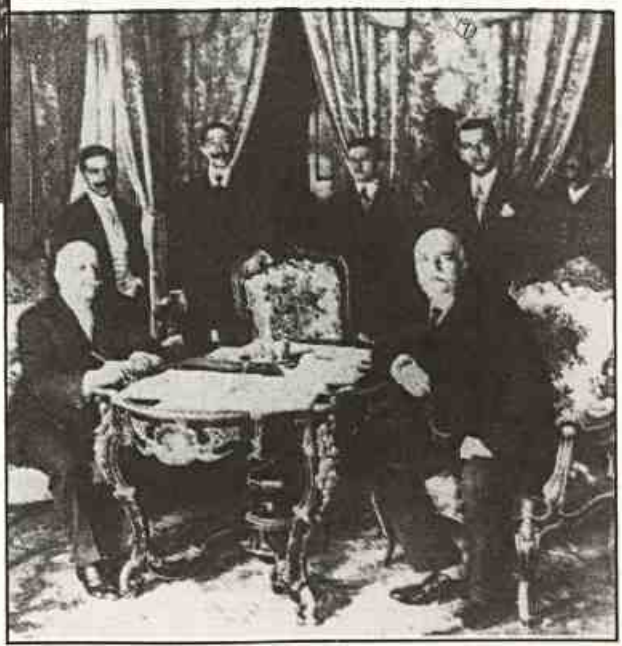






O BARÃO DO RIO BRANCO





E SUAS VITÓRIAS

1889, destinada a aparecer na citada exposição de São Petersburgo; uma biografia do Imperador D. Pedro II, que foi publicada como sendo escrita por Benjamin Mossé, destinada à comunidade judaica francesa, que veio a lume em Paris, em 1889; e as famosas *Efemérides brasileiras*, editadas no Rio, em 1892; e ainda a memória, em seis volumes, da defesa do Brasil na questão das Missões, impressa em Nova Iorque em 1894.

Era o resultado da incessante atividade intelectual do Barão do Rio Branco, em meio aos mapas e às pesquisas documentais e bibliográficas, que o credenciaram a advogar a causa brasileira em Washington.

Nesse meio tempo, entre a posse no Consulado de Liverpool e o regresso à Europa, vindo de Nova Iorque, nasceram-lhe os dois últimos filhos, Amélia (1878) e Hortênsia (1885). E também perdera o venerado pai, que tinha completado 60 anos na companhia do Júnior, em Roma, assistindo à missa cantada na Basílica de São Pedro. No dia seguinte, o visconde foi recebido pelo Papa Leão XIII, já passado o vendaval da questão religiosa. O primeiro Rio Branco passou quase um ano em excursão pela Europa. Adoeceu por lá, mas recuperou-se parcialmente. Com a marcha da doença, morreria em novembro de 1880. Paranhos Júnior viera ao Rio, alarmado com o estado do pai. Era a primeira vez que voltava à terra natal, em cinco anos. Chegou a tempo de acompanhar o fim dos dias do visconde.

Voltou à Europa em **meados de 1881**. No ano seguinte, anunciava sua intenção de escrever *História militar e diplomática no Rio da Prata*, abarcando o período de 1680 até 1828. Era o tema da adolescência, que, entretanto, ficaria em sonho nunca realizado.

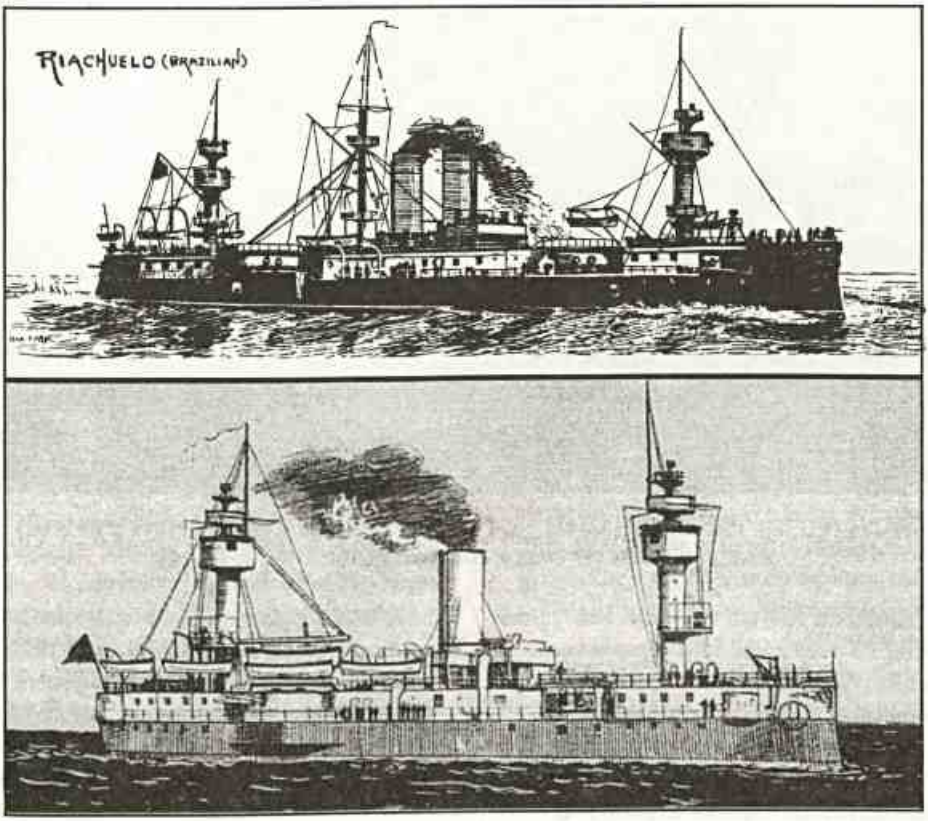
Foi nessa mesma época, 1882, que o cônsul da Argentina em Londres, Alberto Guerrico, reacendeu a questão das Missões, censurando pela imprensa britânica o Barão de Cotegipe, que impedira os argentinos de ocuparem o território em litígio. O assunto esquentou, e Paranhos mostrou sua preocupação com a fraqueza militar do Império àquela altura.

Considerava criminosa a imprevidência dos governos, que haviam deixado a situação chegar àquele ponto, conseqüência das medidas de desarmamento pós Guerra do Paraguai

Não queria a guerra, mas recomendava que se fizesse "*cara feia al enemigo*", para o que era bom que houvesse algum respaldo militar como auxílio à ação diplomática. Era um jogo perigoso, pois Paranhos reconhecia que estávamos "sem Esquadra, sem torpedos e sem Exército", mas esperava que o inimigo recuasse, supondo que éramos "muito fortes e valentes"[2]. Paranhos via o Império à mercê do vizinho reclamante, sem reais condições de sustentar sua posição, caso fosse agredido.

Considerava criminosa a imprevidência dos governos, que haviam deixado a situação chegar àquele ponto, conseqüência das medidas de desarmamento pós guerra do Paraguai. O Império chegara a vender para a Inglaterra o poderoso Encouraçado *Independência*, que estava em prontificação em estaleiro britânico, quando terminou

2 Carta ao Barão de Penedo, de Liverpool, 5 de agosto de 1882. *Apud* Viana Filho, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Martins Fontes, 2 ed., 1967, p. 125.



Encouraçados *Riachuelo* e *Aquidaban* (Foto: JFS 1895)

aquele custoso conflito platino. E escreveu a Nabuco: "A nossa Esquadra não faz evoluções, como o nosso Exército não faz manobras de campanha. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a fazer a guerra"[3].

Sabia ele que, infelizmente, a política internacional poderia continuar de modo violento, como dissera o pensador militar prussiano.

Para tranqüilidade de todos, deu-se uma visita do ex-presidente da República Argentina, Nicolás Avellaneda, ao Imperador do Brasil. A uma pergunta do monarca sobre o futuro do país vizinho, Avellaneda respondeu que se queria a paz; ao que D. Pedro retrucou que, enquanto vivesse, não consentiria a guerra. Desanuviou-se, assim, a situação, que pôde esperar o desfecho do arbitramento.

Ainda assim, a advertência de Paranhos Júnior foi ouvida: encomendaram-se na Inglaterra dois grandes encouraçados, o *Riachuelo* e o *Aquidaban*, lançados ao mar em 1883 e 1885, respectivamente. Logo seriam incorporados à Armada, e fariam parte da famosa Esquadra de Evoluções, a ser comandada pelo Almirante Barão de Jaceguai.

Pelos serviços que vinha prestando, Paranhos foi feito comendador (1881) e dignitário (1884) da Ordem da Rosa.

---

3 Carta de 29 de agosto de 1882; idem, p. 126.

Presidentes (E/D): Floriano Peixoto (11/1891 a 11/1894), Campos Sales (11/1898 a 10/1900) e Rodrigues Alves (11/1902 a 11/1906) (Fotos: H. Br. de Block)

Voltou ao Rio em **maio de 1887**, para visitar os seus e cuidar de problemas de família. Aqui começou a sentir abalos na Monarquia, ao ver o imperador doente.

Tornou à Europa no último dia de junho, a bordo do *Gironde*, o mesmo navio em que viajava a família imperial. Esperava ter bons momentos na companhia do imperante. E assim chegou de volta ao Velho Mundo, viajante inquieto que era. Mas, amante da terra em que nascera, escolheu como ex-líbris a expressão latina *Ubique patriae memor* (em qualquer lugar, a lembrança da pátria).

Mesmo sentido difícil a situação política da monarquia, em face da campanha republicana aberta, tolerada e feroz, Paranhos defendia o regime e censurava as perigosas idéias novas, inclusive o federalismo.

À questão religiosa sucedera a questão militar.

A seguir, avolumava-se a questão servil, que teve o cume na Lei Áurea.

O imperante convalescia na Europa. A princesa regente conseguira a lei com o gabinete conservador de João Alfredo. As celebrações populares pareciam dar alento ao regime, em que agora estava titulado o novo barão: continuava a dinastia Rio Branco. Finalmente, o casamento, em 1889, e a triste queda da Monarquia. Na véspera do golpe militar de Deodoro, o Barão do Rio Branco despachara de Paris, endereçados ao Visconde de Ouro Preto, então presidente do Conselho de Ministros, vários livros franceses, da Livraria Militar, para que fossem traduzidos e distribuídos no Exército e nas escolas militares, para que os homens da farda "aprendessem que um dos primeiros deveres do militar é o respeito e a submissão à autoridade civil"[4].

A lição chegaria tarde, porém. E o fiel monarquista encontraria seu velho rei na Europa, acompanhando-o no fim de seus dias, até a morte em 5 de dezembro de 1891.

Rio Branco reconhecia que a hora política era dos militares, lamentava a indisciplina e esperava a demissão do consulado em Liverpool.

A SEGUNDA QUESTÃO DE FRONTEIRAS E A ILHA DA TRINDADE

O barão já passava longos tempos em Paris, onde o governo da República con-

4 *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 171.

fiou-lhe a superintendência do Serviço de Imigração, sem que deixasse o consulado.

Foi ali que aprofundou seus estudos sobre os limites com a Argentina, e dali assistiu ao fiasco de Quintino Bocaiúva, então ministro do Exterior, que assinou com Zeballos, em Montevidéu, em 1890, um tratado de divisão do território litigioso das Missões, abrindo mão do que, por direito, pertencia ao Brasil.

O Congresso Nacional não ratificou o tratado, e tudo voltou ao pé em que estava.

Resolveu-se pelo arbitramento, sendo nomeado o Barão Aguiar de Andrada como delegado brasileiro em Washington. Morrendo ele, entretanto, na capital norte-americana, em março de 1893, o vice-presidente em exercício, Floriano Peixoto, mandou convidar Rio Branco para o lugar.

Ora, Paranhos conhecia perfeitamente bem o assunto, já tratado por seu pai em 1857.

Relutou, porque reconhecia que passara os últimos 20 anos em estudos, quase fora do mundo. Mas era uma causa da Pátria. Aceitou e venceu, dando cumprimento à promessa de D. Pedro II a Avellaneda, em 1882: não haveria guerra entre o Brasil e a República Argentina.

Faz mais de 100 anos, pois, que se virava a página norte-americana no currículo diplomático do Barão do Rio Branco. E, com a vitória, vinham dissabores motivados pela inveja, pelo despeito, pela vaidade arranhada, dentre seus próprios compatriotas e companheiros de trabalho.

O caminho, entretanto, estava aberto: as relações internacionais o absorveriam, pelo argumento, pela negociação, pela tenacidade nos estudos.

Voltou à França, ainda cônsul em Liverpool.

Haviam se passado dias terríveis no Brasil, onde o militarismo infrene de Floriano Peixoto e seus partidários jacobinos inundaram a pátria de sangue e ódio.

Exilados ilustres andaram pela Europa: Hilário de Gouveia, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Saldanha da Gama, dentre muitos.

Saldanha, naquele mesmo ano de 1895, regressando ao Brasil, haveria de morrer a 29 de junho em combate, num saldo de horror legado pelos dias de Floriano.

Era já o tempo de Prudente de Morais, o primeiro presidente civil da República, que assumiu o posto num palácio abandonado pelo antecessor, que não lhe passou o cargo: assumiu-o, chegando ao Itamaraty.

Mais de uma vez, desde a Monarquia, Rio Branco foi sondado para assumir representação diplomática permanente, ingressando em definitivo na *carrière*. Declinava sempre. Mas as rendas do Consulado em Liverpool diminuiram muito, por medidas do governo. Talvez lhe conviesse, àquela altura, aceitar o convite, em face dos grandes encargos de família. Mas não podia deixar Paris, onde a baronesa, muito doente, chegava ao fim.

O tratado final de limites com o Peru foi assinado em 1909: dos 442.000km² em litígio, aquele país ficava com 39.000

Manifestou o desejo de trabalhar na questão de limites com a Guiana Francesa, a ser encaminhada para arbitramento. Defenderia a posição do Brasil. Ainda não oficialmente, foi encarregado de estudar a questão, que já havia sido tratada em Paris, em 1855, pelo Visconde do Uruguai, cuja argumentação foi repelida pelo governo francês. O tema ferveu com a descoberta de ouro na região disputada, em 1894, chegando a haver choque armado entre franceses e brasileiros, com mortes de ambos os lados.

Ocupação da Trindade pela Grã-Bretanha

No mesmo ano de 1895, porém, novo incidente complicou a situação do Brasil: a Grã-Bretanha ocupou a Ilha da Trindade, então deserta, mas que era território brasileiro. O intuito era ter um ponto de apoio para a instalação do cabo telegráfico dirigido ao Prata.

Nossa chancelaria (o ministro das Relações Exteriores era Carlos Augusto de Carvalho) prontamente reuniu a documentação comprobatória da posse da ilha pelo Brasil. Os portugueses a haviam deixado em 1795, depois de conseguirem a desocupação britânica, pois os ingleses a haviam tomado em 1781, durante a guerra com a Espanha, com o intuito de interceptar o comércio espanhol com o Prata, mas a ilha era do domínio colonial português desde o século XVI.

Com a Independência, passou a integrar o Império do Brasil, e várias missões navais brasileiras haviam estado por lá entre 1825 e 1894.

Em 1831, a regência do Império cogitara de explorar a ilha; em 1884 fora concedido a um particular o direito de explorá-la; em 1894, um navio-transporte estivera por lá para estudar seu aproveitamento como colônia penal.

Desse modo, o governo brasileiro apresentou ao *Foreign Office* sua convicção de que aquele território insular não podia ser considerado *res nullius*, isto é, coisa de ninguém.

As discussões, porém, correram infrutíferas no segundo semestre de 1895, desgastando as relações entre os dois países.

Rio Branco aborreceu-se. Os grandes interesses entre o Brasil e a Inglaterra não valiam a disputa. Instou para que o ministro brasileiro em Londres conseguisse convencer o governo de Sua Majestade a largar aquele rochedo no meio do Atlântico. Aos mais exaltados brasileiros lembrava que a Inglaterra estava ocupando até ilhas francesas (Santa Lúcia). Não valia a pena tentar hostilidades militares. Seria o desastre.

A Inglaterra explicou que não fizera ocupação militar, mas apenas atendia a uma conveniência técnica e econômica para a instalação do cabo telegráfico. O Brasil não aceitava condições para ter o reconhecimento de seus direitos sobre a ilha, declarando ao mesmo tempo que, quanto à instalação do tal cabo, "em nada pretende embaraçar um empreendimento civilizador"[5].

Ambos os países aceitaram o oferecimento dos bons ofícios do Rei de Portugal, na tentativa de resolver o impasse.

O Marquês de Soveral, ministro dos Negócios Estrangeiros, convenceu o governo britânico da legitimidade dos direitos brasileiros, e a ilha foi restituída em agosto de 1896.

Dois meses depois, o Cruzador *Benjamim Constant* punha na Trindade o marco da soberania brasileira.

A questão com a França

Quanto à questão com a França, o governo brasileiro nomeou Gabriel Piza como negociador em Paris, o que levou apreensões a Rio Branco. As discussões não se encaminhavam do melhor modo. E, cauteloso, o barão escreveu a Carlos de Carvalho, ministro das Relações Exteriores, lembrando que era preciso insistir nos meios persuasivos, pois o Brasil não tinha "força suficiente para impor sua vontade a uma grande potência militar"[6]. As negociações transferiram-se de Paris para o Rio, onde

5 *Apud* Carvalho, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, p.187.

6 Carta de 23 de julho de 1896. *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 260.

se apressaram. Decidiu-se submeter a demanda ao arbitramento da Suíça, assinando-se nesse sentido, no Rio de Janeiro, um tratado entre as partes. Era preciso, pois, constituir a missão especial em Berna. Prudente de Morais apoiava o nome de Rio Branco.

Era 1898. O barão ficara viúvo. Numa demonstração de prestígio, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, sem deixar Paris.

Campos Sales estava escolhido presidente da República, e tomou posse em 15 de novembro.

Logo o Barão do Rio Branco foi nomeado ministro em missão especial na Suíça. No ano seguinte, mudava-se para Berna. Trabalhou incansavelmente pelas madrugadas inteiras, como era habitual. Cercou-se de auxiliares, como em Washington; dentre eles, o célebre Emílio Goeldi, um sábio apaixonado pela Amazônia. Elaborou a argumentação. Estava "farto de sete anos de questões de limites", como desabafou a Joaquim Nabuco[7].

Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a fazer a guerra

Por fim, em **5 de dezembro de 1899**, entregou ao árbitro sua segunda *Memória*, composta de seis volumes: no primeiro, a exposição; nos demais, documentos e mapas. Seu título era longo: *Frontière entre le Brésil et la Guyane Française: second mémoire présenté par les Etats Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse, arbitre choisi selon les stipulations du traité conclu à Rio de Janeiro, le 10 avril 1897 entre le Brésil et la France.*

Os limites com a Guiana Inglesa

Nesse meio tempo, desenvolveu-se nova questão com a Inglaterra: desta vez eram os limites com a Guiana Inglesa. **Em março de 1899**, foi entregue ao *Foreign Office* a minuta de um tratado de arbitramento, elaborada por Rio Branco. Era o caminho, também reconhecido pelo governo britânico. Joaquim Nabuco foi escolhido para representar o Brasil na missão especial. Chegou à Inglaterra em maio, começando os trabalhos e buscando conselhos com Rio Branco, que já estudara o assunto, e reunira farta documentação desde 1895. Entretanto, estava às voltas com os árduos trabalhos em Berna.

O resultado da questão francesa

Ali, o ano de 1900 foi de espera, até que, em 1º de dezembro, proclamou-se o laudo inteiramente favorável ao Brasil: reconhecia-se o Rio Oiapoque como o que desaguava ao norte do Cabo Orange, e marcavam-se também no interior os limites sustentados pelo Brasil. Salvavam-se 500.000 km² de território brasileiro contíguo à Guiana Francesa.

Pouco antes do anúncio do laudo do árbitro suíço, Rio Branco perdeu o último irmão que ainda tinha, Horácio. Assim, sendo o mais velho, era também o sobrevivente que restava dos nove filhos do Visconde do Rio Branco. Às vésperas dos 56 anos, estava ciente de que os Paranhos não tinham vida longa. Mas vivia as glórias do êxito diplomático.

No Brasil, o governo e o Congresso deram-lhe prêmio pecuniário pelos excelen-

7 *Apud* Lins, Álvaro. *Rio-Branco* (O Barão do Rio Branco): 1845-1912. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, v.2, p. 349.

tes serviços prestados em Washington e em Berna.

DE BERLIM PARA O ITAMARATY E A QUESTÃO DO ACRE

A próxima parada era Berlim, onde aceitou ser o ministro brasileiro. Tinha, assim, um emprego certo. **Em 28 de maio de 1901**, apresentou as credenciais ao *Kaiser* Guilherme II.

Vivia-se a *belle époque*, e a capital alemã era requintada.

Dali tinha-se também um bom panorama da política internacional, cheia de tensões. A industrialização acelerada da segunda metade do século XIX gerou novas disputas de mercados e fontes fornecedoras de matérias-primas. Também os capitais excedentes buscavam emprego atraente para as expectativas de lucro. Assim, a corrida colonial tinha sido a tônica do período, e ainda se procuravam áreas de influência, bases militares e bons negócios fora da Europa.

Um dos primeiros deveres do militar é o respeito e a submissão à autoridade civil

Nessa expansão econômica, os instrumentos militares eram agentes de intimidação ou convencimento, quando não se chegava à guerra.

No Extremo Oriente, o Japão tentava alcançar o continente, e brigou pela Coréia, então protetorado da China. Daí a guerra sino-japonesa de 1894-95. A Rússia também não se continha em suas fronteiras, e conservava seu interesse de sair para as águas quentes. Com esse intuito, ameaçava os Bálcãs com seu pan-eslavismo; ali o antigo Império Otomano já perdera terreno, esfacelando-se, mas continuava a insistência russa de passar pelos Dardanelos, o que era vedado a seus navios de guerra.

Para conter o expansionismo russo no Oriente, a Grã-Bretanha, tão ciosa de seu *splendid isolation*, faria um tratado militar com o Japão, em 1902.

Antes, porém, os Estados Unidos da América haviam feito sua *entrée triomphale* no imperialismo, com a guerra hispano-americana de 1898: passaram a ter uma influência direta sobre a Cuba independente, e ficaram presentes nas Filipinas, onde a ferro e fogo contiveram todas as tentativas de libertação; substituíam a Espanha por eles próprios na dominação das ilhas do Oriente. Theodore Roosevelt aplicava sua política de intervenção, conhecida como *big stick*.

Na América, a Colômbia seria uma vítima dos interesses norte-americanos, vindo a perder o Panamá, em 1903, saído de seu território para formar um país que garantisse aos Estados Unidos uma passagem entre o Atlântico e o Pacífico.

Assim como em 1898 já casara a filha mais velha, Clotilde, em Paris, o Barão do Rio Branco iria casar a segunda filha em Berlim. Em outubro de 1901, Amélia tornar-se-ia a Baronesa de Werther.

A questão do Acre

Mas a vida política continuava no Brasil distante.

O Conselheiro Rodrigues Alves foi eleito para a Presidência da República, em substituição a Campos Sales. Assumiria a 15 de novembro de 1902. Convidou Rio Branco para ser ministro das Relações Exteriores.

O convidado tentou recusar, e sugeriu o nome de Joaquim Nabuco, que estava em Londres escrevendo ainda sua *Memória* sobre a questão da Guiana Inglesa.

Àquela altura a questão do Acre, nas fronteiras do Brasil com o Peru e a Bolívia, estava na pauta do dia. Era um território imenso sobre o qual havia o desentendimento quanto à linha fronteiriça, e ainda o caso da presença ali de numerosa população brasileira, vivendo da exploração da borracha.

Era território disputado entre a Bolívia e o Peru, e aquela o havia arrendado a uma empresa estrangeira, o *Bolivian Syndicate*. Havia conflito de opiniões nos meios oficiais e na opinião pública no Brasil quanto à validade de nossa pretensão. Cheirava a imperialismo para alguns. Seria próprio da época.

Em 29 de agosto, chegava a Berlim um telegrama de Rodrigues Alves, dizendo a Rio Branco que não aceitava suas escusas: tinha que assumir o Ministério do Exterior.

Na capital federal, o barão recebeu largas manifestações de apreço popular, quando chegou no **primeiro dia de dezembro**. Era uma figura nacional. Voltava para residir na terra em que nascera, depois de 26 anos no estrangeiro.

Tomou logo a braços a questão do Acre, que se tornara aguda com a revolta de Plácido de Castro na região, buscando a independência do território e sua incorporação ao Brasil.

Os conflitos armados se sucediam.

O presidente da Bolívia, Pando, comandou em pessoa uma expedição militar contra os rebeldes.

Como a Bolívia se negava a vender o território, Rio Branco negociou com as outras duas partes: ofereceu indenização ao *Bolivian Syndicate* e a ressalva dos direitos ao Peru, nas negociações com a Bolívia. Ambos aceitaram os termos.

Voltando-se para a Bolívia, o governo brasileiro manifestou que sustentava a linha fronteiriça que julgava prevalecer.

O território tornava-se oficialmente litigioso. Mandaram-se forças da Marinha e do Exército para a região conflagrada. Rio Branco pressionava fortemente; não que quisesse a guerra, mas, como expressara em 1882, em relação à Argentina, era preciso fazer "*cara feia al enemigo*".

A um amigo escreveu em **fevereiro de 1903**: "Deus nos livre de uma guerra, desmantelados, empobrecidos como estamos."[8]

Em fins de março, a Bolívia deu sinal de que aceitava a proposta brasileira. Far-se-ia um acordo.

Salvavam-se 500.000 km² de território brasileiro contíguo à Guiana Francesa

Mas Rio Branco não queria o arbitramento, que era perigoso nesse caso. Preferia um acordo diplomático entre as partes, onde entrariam uma indenização à Bolívia e a cessão de alguns poucos milhares de quilômetros quadrados para aquele país, em troca da enorme área em causa.

Levantou-se grande polêmica, pois havia os que não queriam ceder parte alguma do território nacional. Rui Barbosa estava dentre estes, porque julgava não se poder convencer a opinião pública de que a cessão era vantajosa, como ele mesmo pensava pessoalmente.

Em 17 de novembro de 1903, na casa do barão à margem do Rio Piabanha, assinou-se o Tratado de Petrópolis, pondo fim à questão do Acre.

O Brasil pagava à Bolívia 2 milhões de libras esterlinas, obrigava-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e permutava territórios: ficamos com 142.900 km2 de

8 Carta a Domício Gama, de Petrópolis, em 16 de fevereiro de 1903. *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 372.

terra disputada com a Bolívia, mais 48.100 km2 de terras reconhecidamente daquele país, num total de 191.000 km2; cedíamo-lhe 2.296 km2, área não habitada por brasileiros.

A ratificação do tratado ensejou uma batalha, com numerosos ataques ao Barão do Rio Branco. Dentre muitos, opunham-se ao tratado os senadores Rui Barbosa, Joaquim Murtinho, Pinheiro Machado e Rosa e Silva; na Câmara dos Deputados, um dos mais aguerridos era Barbosa Lima.

Também homens como o Barão de Jaceguai opunham-se a Rio Branco.

Mas a opinião pública confiava em seu chanceler, e o tratado foi ratificado **em fevereiro de 1904**.

O problema com o Peru

Restava o problema com o Peru.

Em outubro de 1902, um empreendimento peruano invadira e ocupara o Alto Juruá; em junho de 1903, deu-se também a invasão e a ocupação do Alto Purus. A assinatura do Tratado de Petrópolis foi recebida pelo Peru como um golpe. Procurando reafirmar com desenvoltura seus pretendidos direitos, o governo peruano tentou uma intervenção de Washington a seu favor. Crescendo as tensões, o Peru mobilizava suas forças militares. Rio Branco exigiu a retirada preliminar dos peruanos das áreas invadidas, para que o governo brasileiro tomasse conhecimento oficial das reclamações de seu vizinho. E, **em maio de 1904**, declarou a proibição do trânsito de armas e apetrechos de guerra pelo Rio Amazonas com destino ao Peru, comunicando que já mandara apreender armas para aquele país.

Invocava o "direito de segurança ou de própria conservação"[9].

O chanceler brasileiro pediu tropas para a região. A guerra parecia iminente, mas ele a recusava. Queria mais uma vez conter o adversário, empregando pelo menos 6 mil homens do Exército. Mas a movimentação era lentíssima, o que o levou a reclamar junto ao Presidente da República, pois, no seu entender, qualquer das pequenas repúblicas da América Central mobilizaria 6 mil a 8 mil homens em poucos dias.

O Exército estava faltando num momento extremamente necessário, para forçar o adversário a um entendimento.

Este veio em julho, com um protocolo que estipulava um prazo de cinco meses para a negociação de um tratado de limites, complementar ao de 1851. Dispunham-se ainda as partes a recorrer a outros meios para resolver amigavelmente litígios internacionais, caso não chegassem a um acordo definitivo, findo aquele prazo, que acabou sendo prorrogado e durou cinco anos.

O tratado final de limites com o Peru foi assinado em 1909: dos 442.000km2 em litígio, aquele país ficava com 39.000.

Conseguira o barão evitar o arbitramento, ao qual só em última instância recorreria.

Essa convicção se reforçara com a notícia chegada em junho de 1904, em plena crise com o Peru, de que o rei da Itália, árbitro na questão da Guiana Inglesa, repartira o território disputado, dando à Inglaterra mais do que pedira Lord Salisbury, primeiro-ministro britânico, em 1898.

A decisão abateu Nabuco, nosso delegado, mas não lhe apagou o brilho: seria mandado para Washington, onde, em janeiro de 1905, nossa legação foi elevada à categoria de Embaixada. O mesmo se deu com a representação norte-americana no Rio, primeiro caso na América do Sul.

O primeiro cardeal da América Latina

Ainda em 1905, um novo êxito da diplomacia de Rio Branco: o Brasil tinha o primeiro cardeal da América Latina, na pessoa do

9 Cf. Lins, Álvaro. Ob. cit., v. 2, p. 457.

arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque.

O chanceler argumentara atentamente com o núncio apostólico desde 1904. Era assunto que se arrastava desde 1883, e que esteve prestes a se realizar ao tempo do gabinete presidido pelo Visconde de Ouro Preto (1889), tendo sido combinada a escolha de D. Antônio de Macedo Costa, o antigo bispo do Pará, que fora condenado à prisão na questão religiosa.

O barão achava que a Santa Sé devia dar aos católicos brasileiros, então 20 milhões, a mesma atenção que dava aos da Europa[10].

O incidente da Panther

Um incidente diplomático desagradável foi o da canhoneira alemã *Panther*, **entre dezembro de 1905 e janeiro de 1906**.

Depois de já ter criado problemas na costa da África, no Marrocos, esse navio veio ter ao porto de Itajaí, em Santa Catarina.

Ali desembarcaram homens de sua tripulação, sob o pretexto de procurar um desertor. Feriu-se a soberania nacional, e a inquietação foi enorme. O caso repercutiu na imprensa nacional e estrangeira. Rio Branco quis reduzi-lo a suas reais proporções, mas os ânimos estavam exacerbados.

O chanceler sabia que não podia intimidar militarmente a Alemanha, mas o governo mandou três cruzadores para o sul, exigindo-se a restituição da pessoa que se supunha presa a bordo; caso contrário, a *Panther* seria aprisionada. À ponderação do ministro alemão de que isso poderia provocar a guerra, Rio Branco não se intimidou.

O caso terminou amigavelmente, com uma nota reparadora da legação alemã, em 2 de janeiro, em nome do imperador Guilherme II.

Nessa expansão econômica (da Inglaterra, da Alemanha, da França etc.) os instrumentos militares eram agentes de intimidação ou convencimento, quando não se chegava à guerra

A AMÉRICA E O MUNDO. A QUESTÃO DO REARMAMENTO E DA PAZ

De 23 de julho a 27 de agosto de 1906, aconteceu no Rio de Janeiro a III Conferência Internacional Americana, a cuja sede deu-se o nome de Palácio Monroe, como homenagem ao presidente norte-americano e como recordação da presença do secretário Elihu Root.

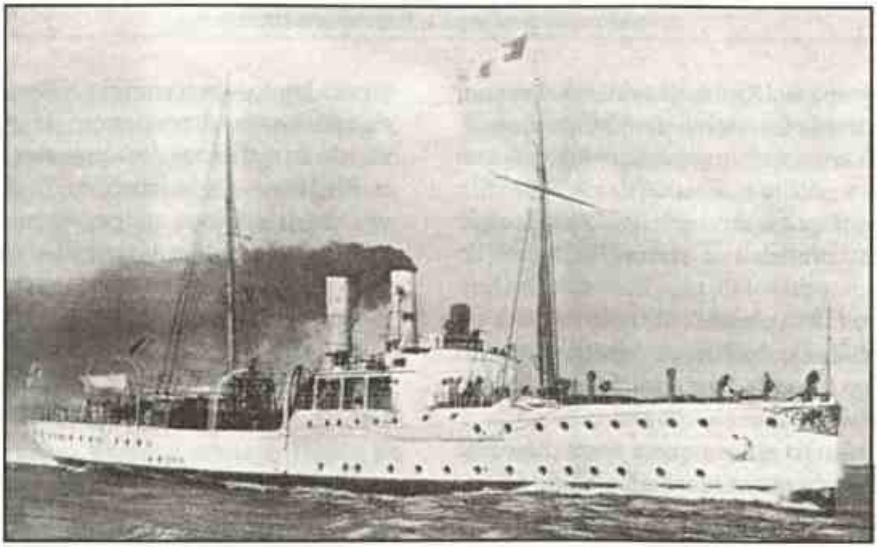
O Barão do Rio Branco estreitava os laços com os Estados Unidos da América, mostrando que o monroísmo àquela altura só teria sentido se contasse com a participação de todas as nações americanas, ou da maioria delas.

Os Estados Unidos estavam longe de poder dar conta sozinhos da defesa de todo o continente, diante de quaisquer pretensões européias.

O barão alcançava, assim, um ideal panamericanista e mostrava que o Brasil não estava a reboque da América do Norte.

No dizer de Álvaro Lins, nossa solidariedade ao princípio de Monroe dava-lhe "o caráter latino de que necessitava para ser representativo da América"[11].

10 Cf. Lins, Álvaro. Ob. cit., v. 2, p. 507 s.
11 Lins, Álvaro. Ob. cit., v. 2, p. 496.



A canhoneira *Panther* – (foto: JFS 1917)

Essa aproximação com os Estados Unidos também se justificava pelas crescentes importações que faziam de nossos produtos, a ponto de se terem tornado os maiores compradores do café brasileiro.

Findava o quadriênio de Rodrigues Alves, que seria sucedido por Afonso Pena, em **15 de novembro de 1906**.

Rio Branco, que pretendera passar as Relações Exteriores para Nabuco ao cabo dos dois primeiros anos, continuava vitorioso, mas colecionando desafetos, alguns dos quais muito poderosos. Um destes, Salvador de Mendonça, chegara a escrever ao Senador Feliciano Pena, cunhado do presidente eleito, desqualificando o barão para prosseguir na chancelaria. Afirmava que ele "nunca foi estadista nem é sequer um conhecedor na política internacional"[12].

Havia outros candidatos à pasta, mas Afonso Pena fez seu convite a Rio Branco para que permanecesse. E assim foi, por mais um quadriênio. Era medida prudente, ainda mais que se adensavam nuvens nas relações com a Argentina.

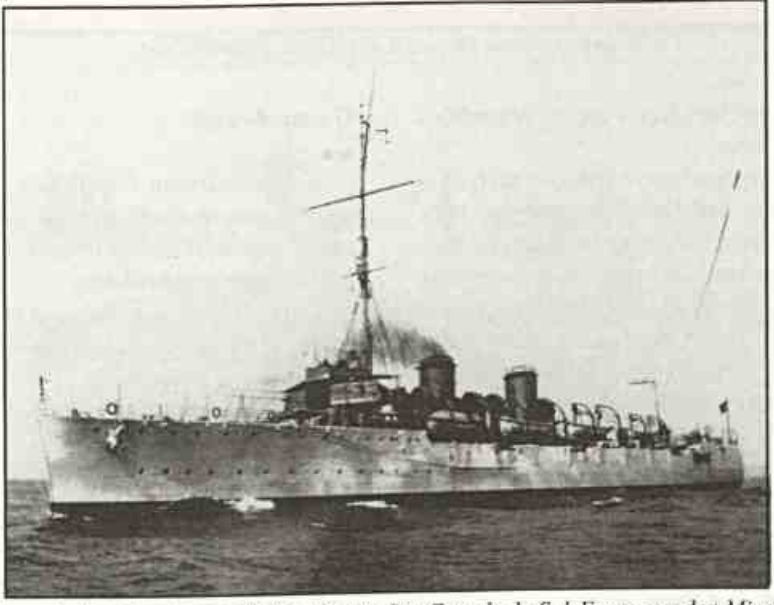
Ficamos com 142.900 km² de terra disputada com a Bolívia, mais 48.100 km² de terras reconhecidamente daquele país, num total de 191.000 km²; cedíamo-lhe 2.296 km², área não habitada por brasileiros

A questão do rearmamento

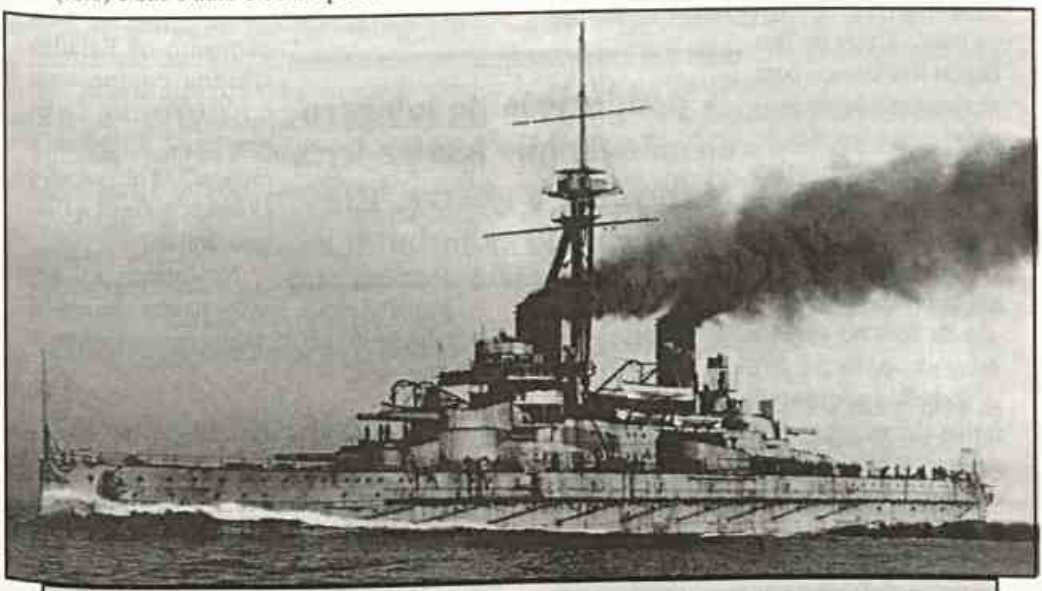
O problema do momento era o programa naval de 1906, do Almirante Alexandrino de Alencar. Este, quando ministro da Marinha, mudara o programa de 1904, do Almirante Júlio de Noronha, influenciado pelos resultados da Batalha de Tsushima (1905) e da construção e lançamento ao mar do Encouraçado *Dreadnought*, da Marinha Real britânica (1906), que se tornara o navio mais poderoso do mundo, dispondo em sua bateria

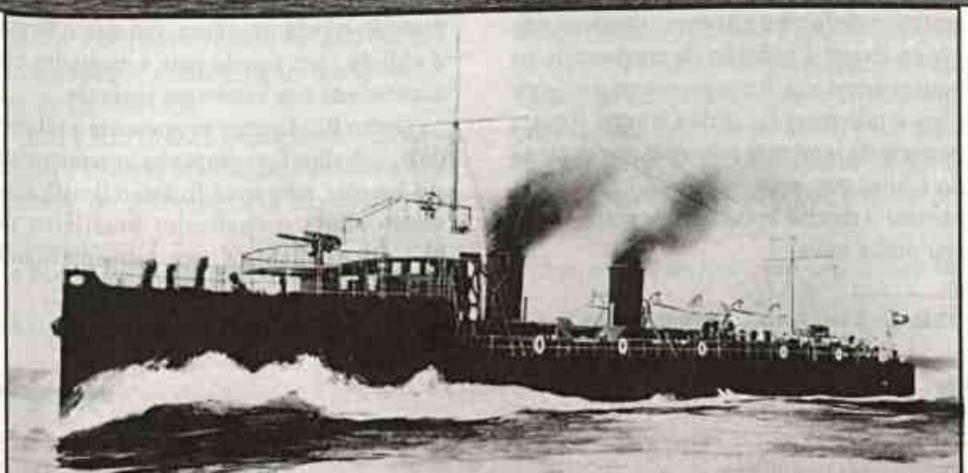
12 Carta de 21 de agosto de 1906. *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 413.

A ESQUADRA DE 1910



De cima para baixo: Cruzadores *Bahia* (foto) e *Rio Grande do Sul*, Encouraçados *Minas Gerais* (foto) e *São Paulo* e 10 Torpedeiras da Classe *Pará*. Na foto o *Santa Catarina* – (fotos SDM)





principal de cinco torres duplas de canhões de 12" (305mm).

Na Argentina houve temores acerca do rearmamento naval brasileiro, que previa três encouraçados *dreadnoughts*, além de dois cruzadores e outros navios. Para completar o quadro adverso, Zeballos, o grande desafeto do Brasil, perdedor da questão das Missões em Washington, tornou-se ministro do Exterior da República Argentina em novembro de 1906. O novo chanceler portenho já promovera campanha pela imprensa contra o Brasil e o Chile. Agora, no novo posto, fazia-nos hostilidade.

A questão do Chaco

A Bolívia e o Paraguai haviam solicitado os bons ofícios do Barão do Rio Branco para se alcançar solução amigável para a questão de fronteira que aqueles dois países tinham na região do Chaco.

O barão respondera sugerindo a constituição de uma comissão arbitral formada por delegados do Brasil, do Chile e da Argentina.

Zeballos se opôs, com o intuito de afastar os demais e manter exclusivamente a Argentina como árbitro, e fazia a imprensa dar a entender que isso era uma derrota para Rio Branco.

O passo seguinte de Zeballos seria a tentativa de fazer o governo argentino exigir do Brasil a redução da encomenda de navios de guerra. Recuou, diante das posições a nós favoráveis do General Roca e de parte da imprensa portenha, assim como do Chile, que, uma vez consultado, reconheceu o direito brasileiro de reestruturar seu poder naval.

O caso do café

Zeballos armou como pôde uma série de intrigas e queixas, procurando comprometer nossas relações internacionais, especialmente nas Américas.

Em 1907, criou o caso das relações de troca, requerendo para alguns produtos argentinos a redução de 20% das tarifas alfandegárias brasileiras, sob a alegação de que já fazíamos isso para os Estados Unidos.

Mas Rio Branco negou, argumentando que os Estados Unidos compravam a metade do café brasileiro, de livre entrada em seus portos. Mesmo que a Argentina isentasse o café brasileiro para importação, comprava apenas 120 mil sacas por ano, enquanto os Estados Unidos compravam 6.100.000 sacas, a Alemanha, 2 milhões, a França, 748 mil sacas, a Holanda, 400 mil, a Bélgica, 300 mil.

À ponderação do ministro alemão de que isso poderia provocar a guerra, Rio Branco não se intimidou

No entanto, a todos esses países negara-se a redução dos 20% também pedidos pela Argentina[13].

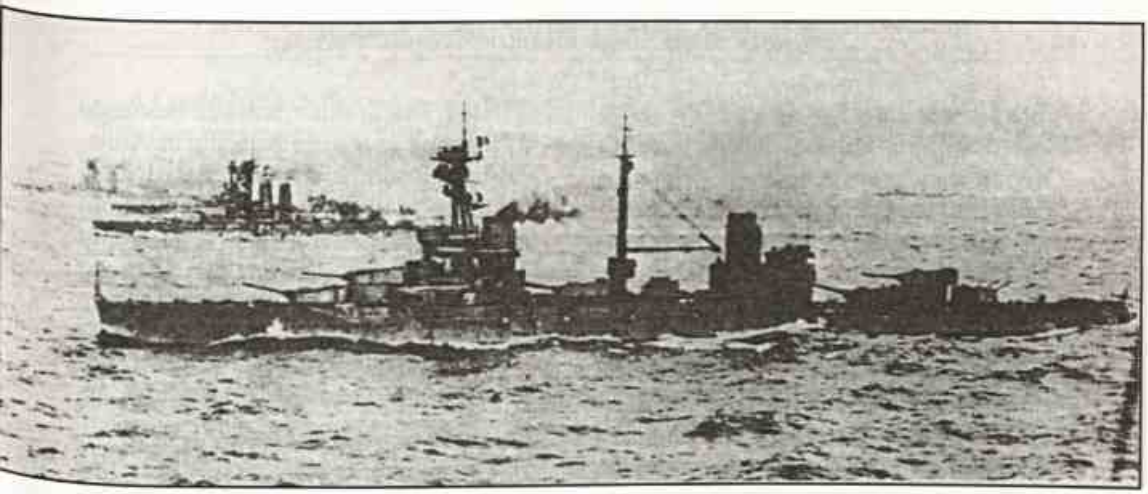
A equivalência naval

O tema seguinte, levantado por Zeballos, foi o da equivalência naval.

O que o chanceler da Argentina queria, dizendo-o pela imprensa, era que o Brasil dividisse com aquele país a esquadra encomendada nos estaleiros ingleses.

Como Rio Branco se opusesse a tal medida, Zeballos fez campanha armamentista em seu país, para armá-lo ante o Brasil, acusando ainda o chanceler brasileiro de belicista e militarista, especialmente diante

13 *Apud* Lins, Álvaro. Ob. cit., p. 586.



O ex-Encouraçado *Rio de Janeiro*, quando, como *Agincourt*, integrava a Esquadra inglesa na Batalha de Jutlândia. Na foto com o Encouraçado *Erin*. (Foto: Rivista Marittima 3/92)

de seus estudos de história militar e naval, assunto que lhe era muito grato.

A posição de Rio Branco era clara. Ele a reafirmaria em 1911, num célebre discurso no Clube Militar, quando mostrou o quanto nosso país se enfraquecera militarmente, desde a política positivista de Benjamim Constant à frente do Ministério da Guerra.

O chanceler brasileiro dissera naquela ocasião aos militares: "A tarefa dos senhores começa onde acaba a do meu Ministério."[14]

Também Rui Barbosa defenderia solidamente o programa naval no Senado em 1908.

O Programa de 1904, do Almirante Júlio de Noronha, contemplava três encouraçados pré-*dreadnoughts* de 13.000 tons, três cruzadores, seis contratorpedeiros, três submarinos, um carvoeiro e um navio-escola.

A mais forte alteração trazida pelo programa de 1906 constava dos novos encouraçados *dreadnought*, muito maiores, de 20.000 tons.

Rui e Rio Branco explicaram que, se o Brasil estivesse se armando contra a Argentina, o novo programa era desfavorável, pois os grandes encouraçados não poderiam ter acesso à bacia platina. Aqueles navios destinavam-se, pois, ao oceano, para proteção de nosso litoral, não para agredir o país vizinho.

O Barão do Rio Branco haveria de explicar que nada tivera com a elaboração do Programa Naval de 1906; preferira o de 1904; entretanto, não foi consultado sobre nenhum dos dois.

Ainda em 1908, antes, portanto, de se completar a construção dos dois primeiros *dreadnoughts*, ele escreveria a um amigo, discutindo a questão naval.

Tendo testemunhado a indigência da esquadra brasileira, quase sem munição, telegrafou-se para a Inglaterra pedindo "com urgência esse elemento indispensável para alguma honrosa, ainda que inútil, resistência"[15]. Fazia referência ao estado de animosidade contra o Brasil na República Argentina, e reconhecia nosso despreparo militar. Continuava dizendo que previra a possibilidade de uma agressão ao Brasil pelo "tresloucado governo Alcorta", como se discutira em Buenos Aires em 1906; por isso pe-

14 Rio Branco, Barão do. *Discurso no Clube Militar, em 15 de outubro de 1911. Apud* Lins, Álvaro. Ob. cit., p. 588.

15 Carta a Domício da Gama, de 15 de dezembro de 1908. *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 444-5.

dira ao Presidente Rodrigues Alves, junto com o ministro Noronha, "a compra de uns navios de guerra ingleses, compra que nos daria logo esquadra superior à da Argentina, pondo-nos ao abrigo de qualquer premeditado insulto"[16]

Nada conseguira, porém.

E ainda em 1908, tornou a pedir a compra imediata de dois navios da Marinha Real britânica; o Presidente Afonso Pena se inclinara favoravelmente, mas o ministro Alexandrino de Alencar se opôs, temendo algum prejuízo para seu programa naval já em execução, que previa navios modernos.

Entretanto, Davi Campista, ministro da Fazenda, planejava vender à Inglaterra o segundo *dreadnought*; o terceiro, que era o maior e mais poderoso de todos, com sete torres duplas de 305mm, e cuja construção ainda não começara, acabaria vendido à Turquia, depois da morte do barão.

Mas Rio Branco se opunha à pretendida venda, porque seria uma desmoralização: "Todo o mundo dirá e a Argentina espalhará que cedemos à pressão do governo de Buenos Aires."[17]

Aludia também às não menos "deploráveis condições" do Exército. E pedia reserva aos ministérios militares sobre os melhoramentos que se empreendiam, para que não se alarmassem os vizinhos, "produzindo a impressão de que nos armamos até os dentes, quando a verdade é que muito pouco fazemos e com grande lentidão e enorme despesa".[18]

Procurando dar fim à questão, o *Jornal do Commercio*, geralmente porta-voz de Rio Branco, fulminou em **14 de dezembro de 1908**: "Acordos sobre equivalências militares é que não haveremos de admitir."[19]

Aliás, àquela altura, antes de executado o programa de reaparelhamento da Armada, um tratado de equivalência naval só favoreceria o Brasil. O problema era depois. Esse assunto morreria ainda naquele mês de dezembro, por meio do novo chanceler portenho, Victorino La Plaza. O Exército também se modernizava lentamente desde o governo de Afonso Pena, com o Marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro, na pasta da Guerra.

Enfim, tudo isso foi motivo para uma forte campanha contra o Brasil, e também para a propaganda armamentista do grupo de Zeballos.

O tratado de limites com a Colômbia

Malgrado todo esse problema, com que se buscava acusar o barão de belicista, o chanceler brasileiro teve novos êxitos no entendimento com os países vizinhos e na causa da paz. Primeiro, com o tratado de limites com a Colômbia, em **24 de abril de 1907**, cujas tratativas tiveram início em 1853, por iniciativa do Visconde do Uruguai. As negociações vinham sendo difíceis, mas a argumentação de Rio Branco levara a bom termo a questão.

Rui Barbosa e a Conferência de Haia

Depois, veio a Segunda Conferência da Paz, em Haia (Holanda). Embora tenha pensado primeiro em Joaquim Nabuco para chefiar a delegação brasileira, logo apoiou o nome de Rui Barbosa, quando este foi lembrado. Rio Branco deixava de lado as diferenças do tempo da questão do Acre, e fixou-se no nome de maior projeção intelectual do Brasil naqueles dias.

16 Idem, ibidem.
17 Idem, ibidem.
18 Idem, ibidem.
19 *Apud* Lins, Álvaro. Ob. cit., p. 610.

A Conferência da Paz havia sido precedida pelo movimento pacifista que começou a organizar-se entre 1878 e 1889, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, na Escandinávia, na França e na Suíça.

Por iniciativa de um inglês, Hodgson Pratt, estabeleceu-se a ligação dos diversos movimentos pacifistas pela criação da Federação Internacional de Arbitragem e de Paz.

Em 1889, constituiu-se a União Interparlamentar, e, em 1892, sediou-se em Berna o Bureau International de la Paix.

O programa fundamental era levar os governos a aceitarem uma limitação dos armamentos, como primeira etapa para o desarmamento geral, e estabelecer uma organização permanente para regular os litígios internacionais; depois, se deveria estabelecer um "congresso das nações" de caráter mundial, ou pelo menos europeu[20].

"A tarefa dos senhores começa onde acaba a do meu Ministério."

Barão do Rio Branco

Em 1898, a Rússia enviava uma nota ao corpo diplomático credenciado em São Petersburgo, convidando os países para uma conferência internacional, com o propósito de "pôr um fim ao crescente progresso dos armamentos, cujo custo alcançava enormes proporções", uma vez que, caso continuasse, a situação daqueles dias "conduziria fatalmente a um cataclisma, cujos horrores fazem estremecer antecipadamente todo o pensamento humano"[21].

Era uma iniciativa do Czar Nicolau II, desejoso de pôr fim às imensas despesas do tesouro russo com as atividades bélicas, e ainda às ameaças de revolução que acompanhavam as guerras.

O governo russo apresentou, então, um programa para a conferência, propondo em primeiro lugar a limitação dos armamentos, e ainda sugerindo a adaptação à guerra marítima das determinações da convenção de Genebra de 1864 e a revisão da declaração de Bruxelas, não ratificada, de 1874, para a guerra terrestre. Enfim, propunha-se a aceitação do uso dos bons ofícios, da mediação e da arbitragem facultativa para a prevenção de conflitos armados entre as nações.

Essa primeira conferência de paz reuniu-se em Haia, a **18 de maio de 1899**, dia do aniversário do *czar*.

Embora modestos, os resultados do encontro geraram o texto de uma convenção para resolverem-se pacificamente as divergências internacionais, e ainda duas outras convenções: uma acerca das leis e costumes de guerra, e outra adaptando à guerra marítima os princípios da convenção de Genebra, de 1864.

A limitação dos armamentos, porém, ficou apenas nas intenções, como medida desejável para o bem da humanidade.

Foi, entretanto, um êxito para o movimento pacifista.

A segunda Conferência de Paz

A segunda conferência foi a de **1907**, precedida por uma expansão do movimento pela paz, até mesmo nos Estados Unidos, onde o Presidente Theodore Roosevelt era um defensor do imperialismo.

20 Cf. Renouvin, Pierre. *La crise européenne et la première guerre mondiale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962, p. 125.

21 *Apud* Baumont, Maurice. *L'essor industriel et l'impérialisme colonial* : 1878-1904. Paris: Presses Universitaires de France, 1965, p. 314-5.

Ali, com o pacifismo alcançando as massas, os meios intelectuais e religiosos, o governo foi levado a negociações com 13 países entre 1904-05; e levantaram-se poderosas vozes de condenação ao massacre imposto por Roosevelt nas Filipinas, para manter o controle sobre as ilhas, após a guerra hispano-americana de 1898: uma dessas vozes era do escritor Mark Twain; outra do grande industrial Andrew Carnegie.

Mesmo na Inglaterra, que esteve às voltas com a Guerra dos Boers (1899-1902), os pacifistas retomaram sua ação em 1903.

A União Interparlamentar realizou conferências anuais em São Luis (Estados Unidos) em 1904, Bruxelas, em 1905, e Londres, em 1906, enquanto o Congresso Internacional da Paz, que reunia os delegados das associações pacifistas, teve reuniões em Boston, em 1904, Bruxelas, em 1905, e Londres, em 1906.

Era ainda a prevenção do conflito por meio do poder militar, sem desejar a guerra

O rei dos belgas, Alberto I, presidiu a abertura dos trabalhos na Bélgica, emprestando seu prestígio à reunião.

Foi elaborado um projeto de tratado geral de arbitragem e um plano de "Congresso Permanente" das nações, na conferência da União Parlamentar.

O multimilionário Andrew Carnegie sugeriu que as grandes potências renunciassem à guerra na busca de solução para suas diferenças, submetendo-se a um tribunal permanente em Haia, cujas sentenças seriam garantidas por uma ação comum dos governos. Os Estados rebeldes seriam sujeitos a alguma sanção econômica, como sugeriu o líder belga La Fontaine, ou apenas moral, como quiseram os britânicos, tese adotada pelo Congresso Universal da Paz, em 1904.

O interesse nos tratados de arbitramento era grande.

Em 1903, França e Inglaterra assinaram um destes, submetendo à Corte de Haia as diferenças que não pudessem resolver diretamente.

Faziam, porém, uma ressalva que ia contra as decisões da Conferência de Paz de 1899: as questões que envolvessem "interesses vitais", "a honra e a independência" desses países estariam excluídas da apreciação da Corte de Haia.

Esse acordo franco-britânico serviu de modelo para numerosos tratados de arbitramento assinados entre 1904 e 1914.

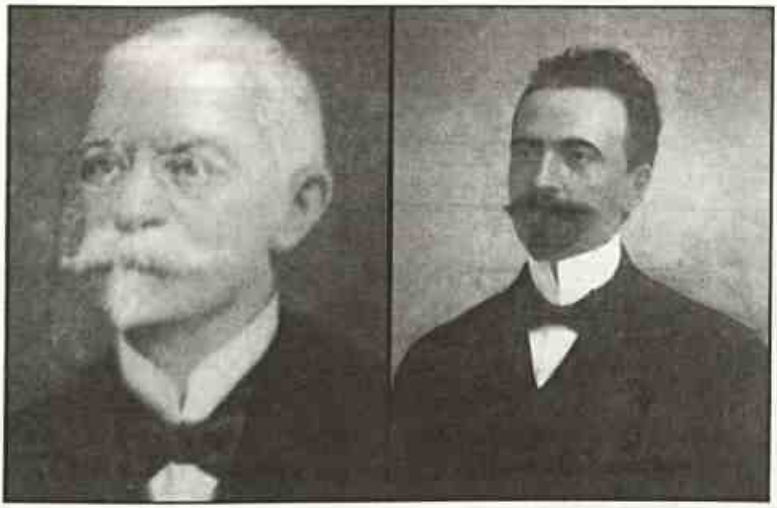
Nos Estados Unidos, o secretário de Estado John Hay concluiu 13 tratados de arbitramento segundo o modelo franco-britânico, mas o Senado, quando da ratificação, introduziu uma emenda reservando-se o direito de, em cada caso, aceitar ou recusar a decisão arbitral.

Era um grande revés para a causa da paz.

Entretanto, foi uma iniciativa do governo norte-americano que levou à preparação da segunda Conferência de Paz, para continuar os trabalhos da anterior. Isso aconteceu em função da conferência da União Interparlamentar de 1904, nos Estados Unidos, tendo o Presidente Theodore Roosevelt sugerido aos governos europeus a nova convocação.

Mas isso não se pôde realizar por causa da guerra russo-japonesa (1904-05). Em 1905, o *Czar* Nicolau II retomou a idéia, que se concretizou em 1907.

Foi nesse contexto que Rui Barbosa, apoiado por Rio Branco e com a ajuda de Nabuco, tornou-se um grande representante do Brasil. Não foram fáceis os primeiros



Presidentes Afonso Pena (11/1906 a 6/1909 – falecido no exercício) (E) e Nilo Peçanha (6/1909 a 11/1910 – assumiu como vice-presidente) (D) – (Fotos: Enciclopédia Abril e História do Brasil da Block Editora)

momentos, quando nosso país se recusava a ser caudatário das grandes potências, mantendo-se autônomo em suas posições.

Embora tivesse apoiado inicialmente votos norte-americanos, Rui discordou na hora própria, quando se tratava da constituição do tribunal de presas, no qual se devia obedecer a um critério de proporcionalidade conforme a tonelagem mercante de cada país; e ainda insistiu que num tribunal de arbitramento não poderia haver distinção entre os Estados soberanos.

Rui resistiu contra as posições dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Alemanha, indispondo-se com grande parte da Conferência, sustentando o ponto de vista do governo brasileiro, conforme as instruções de Rio Branco, que, do Rio de Janeiro, coligia dados, remetia-os e encorajava o delegado do Brasil.

Rui ficou só. Mesmo os países prejudicados votaram a constituição do tribunal de presas de acordo com as grandes potências, que cuidavam de seus interesses marítimos.

Quanto à constituição do tribunal de arbitramento, porém, as coisas mudariam.

Armava-se sua constituição segundo o critério de população dos países-membros, o que era inaceitável, pois se desrespeitava a soberania individual de cada um.

Segundo Rui, os Estados eram iguais, independente de poder, tamanho ou população. Era a posição do Brasil, sustentada pelo Barão do Rio Branco.

Contra os grandes, inclusive os Estados Unidos, solidarizavam-se com o Brasil os países latino-americanos.

A figura de Rui se agigantara, e a posição do Brasil acabou vitoriosa. O êxito era também – e muito – de Rio Branco.

Em 1908 dera-se ainda a Exposição do Centenário da Abertura dos Portos. O filho Paulo, que concluíra o curso de medicina em Paris, viera visitar o pai. Acompanhava-o um amigo belga, Amédée Hamoir, que se encantou com Hortênsia, a filha mais moça de Rio Branco, que morava com ele em Petrópolis. Deu-se o noivado. A seguir, o casamento em Berlim, em março de 1909, na ausência do pai. Nunca mais veria a filha querida. Mas Amélia, a Baronesa de Werther, viria com o marido e as crianças viver no Brasil em 1911.

Em junho de 1909, morreu Afonso Pena.

O Vice-Presidente Nilo Peçanha assumiu, confirmando o barão no Ministério das Relações Exteriores.

"Barão do Rio Branco na véspera de sua morte". Em seu gabinete de trabalho De Servi. Museu da República, RJ. – Hist. do Brasil – Bloch Editores – Vol. III - pág. 584 e 85.

Na Argentina, elegera-se Sáenz Peña para a sucessão de Alcorta. Vindo da Europa, o novo presidente passou pelo Rio, onde fez excelente visita, degelando as relações com Buenos Aires, ao pronunciar a frase célebre: "Tudo nos une, nada nos separa."

Nesse mesmo ano, acertaram-se as questões com o Uruguai, por meio de um tratado de limites e navegação, cedendo àquela república vizinha o direito de condomínio e navegação na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão.

Àquela época, porém, Zeballos, fora do governo, mas dispondo de prestígio em Buenos Aires e tendo alguma repercussão no Paraguai, tentou desestabilizar a posição do Brasil, procurando estimular uma revolta dos *blancos*. Ainda nessa oportunidade (dezembro de 1909), o Barão do Rio Branco escreveu ao Presidente da República dizendo ser necessário reunir tropas nas fronteiras do sul, enquanto apontava o deplorável estado de nossas defesas em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul. E ainda alertava Nilo Peçanha para a superioridade militar de que desfrutava a Argentina havia anos, e que ali ainda trabalhavam os partidários da guerra contra o Brasil, que, se ocorresse, nos acarretaria grandes desastres, caso soubessem que não estávamos preparados para repelir os ataques[22].

Era ainda a prevenção do conflito por meio do poder militar, sem desejar a guerra.

Mais tarde, a propósito da disputa entre o Chile e o Peru pelos territórios de Tacna e Arica, lembraria o que ocorreu na disputa entre o Japão e a China, em 1894-95, quando uma terceira potência, a Rússia, acabou se apropriando de Porto Artur, impedindo o Japão de tirar todo o proveito com a guerra, da qual saíra vencedor.

A sucessão de Nilo Peçanha foi disputada entre Hermes da Fonseca, ex-ministro da Guerra, e Rui Barbosa, que fez a famosa campanha civilista.

Rio Branco havia hipotecado apoio a Hermes, que sairia vitorioso, e o confirmaria no Itamaraty.

A 15 de novembro de 1910, deu-se a posse.

Em 15 de outubro de 1911, no Clube Militar, o barão defendeu-se da pecha de militarista. Lembrava apenas a velha tese: não podíamos ficar indefesos ante os interesses das nações. Disse ali: "Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após 20 anos de descuido, tratarmos seriamente de organizar a defesa nacional [...]"[23].

Não podemos ficar indefesos ante os interesses das nações

Barão do Rio Branco

SEUS ÚLTIMOS DIAS

Ainda em 1910, o Barão do Rio Branco viveu momentos de angústia assistindo à Revolta dos Marinheiros, a bordo dos *dreadnoughts*.

A seguir, vieram intervenções militares do "salvacionismo", culminando com o bombardeio da Bahia, em 10 de janeiro de 1912, uma vergonha perante os representantes estrangeiros, que viam o governo agredir uma das principais cidades do país.

22 Carta de 22 de dezembro de 1909. *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 472-3.
23 *Apud* Viana Filho, Luiz. Ob. cit., p. 482.

Pediu demissão, seguindo o exemplo do Almirante Marques de Leão, ministro da Marinha.

Hermes negou, e prometeu corrigir os abusos.

Rio Branco ficou, mas a morte o colheria a 12 de fevereiro, após receber os últimos sacramentos das mãos do Cardeal Arcoverde.

Faleceu na mesma sala em que trabalhara no Itamaraty, nos últimos nove anos, cercado de livros, de bustos de grandes brasileiros, à vista do crucifixo, que já lhe fora posto à mão.

Cumprira sua missão, tendo salvado para o Brasil cerca de 900.000km2 de terras pacificamente.

Entrava para a história, da qual já era personagem em vida.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<NOMES> / Rio Branco, Barão do /; Política /; Política Internacional /; Tratados; Poder Militar; Poder Naval;

É muito bom discutir acordos tendo por trás de si uma esquadra com credibilidade.

Barão do Rio Branco
Patrono da Diplomacia brasileira

SECÇÃO CAMALEÃO

GUERRA DE MANOBRA[1]

CLÁUDIO DA COSTA LISBOA
Capitão-de-Corveta

SUMÁRIO

Introdução
Guerra de Atrição
Guerra de Manobra
A Guerra de Manobra no Mar
Considerações finais

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 70, estamos observando uma intensa discussão sobre uma filosofia de conduzir a guerra, intitulada Guerra de Manobra, em oposição à clássica Guerra de Atrição, filosofia cujo princípio é derrotar o inimigo por meio de ações rápidas, violentas e inesperadas.

Esta filosofia, apesar de não ser um conceito novo, está sendo fomentada em instituições acadêmicas e está servindo de base para a elaboração de doutrinas de diversas Forças Armadas do mundo e, em alguns casos, na sua adoção como "estilo" de guerra preferencial.

Neste contexto, não é pretensão deste autor oferecer prescrições de fórmulas para se alcançar a vitória de forma rápida e com baixo custo, mas sim apresentar um caminho para o entendimento desta filosofia e incentivar a discussão de sua relevância para a Guerra Naval.

1 N.R.: Artigo publicado na Revista *Passadiço* de 2001. Ver também *RMB* 2º trim./1997, p. 218 (RevRev); *RMB* 1º trim./1997, p. 137 (Trad.); *RMB* 2º trim./1994, p. 129; *RMB* 4º trim./1985, pp. 91 a 107; e *RMB* 4º trim./1984, p. 185 (RevRev).